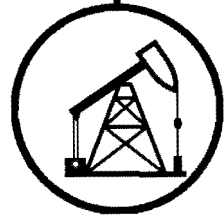
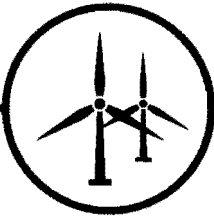
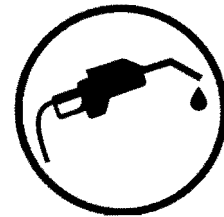
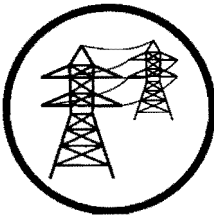


Mayra Pino Bonato



Imunidade do ICMS sobre a Energia Elétrica, o Petróleo e os seus Derivados

**Limitações impostas pelos
Poderes Legislativo e Judiciário**



Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2018

Copyright © 2018 by: Mayra Pino Bonato

Categoria: Direito Tributário

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1129295

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B699i

Bonato, Mayra Pino.

Imunidade do ICMS sobre a energia elétrica, o petróleo e os seus derivados
: limitações impostas pelos poderes legislativo e judiciário / Mayra Pino Bonato.
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

184 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 153-165.

ISBN 978-85-519-0767-2

1. Direito Tributário. 2. ICMS. 3. Energia Elétrica. 4. Petróleo. 5. Limitação.
I. Título.

CDD 343

Sumário

1. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	5
1.1. Competência tributária e seus titulares	5
1.2. Princípios constitucionais tributários	11
1.3. ICMS na Constituição.....	23
1.3.1. Princípios constitucionais específicos do ICMS.....	26
1.3.1.1 Princípio da não-cumulatividade	26
1.3.1.2. Princípio da seletividade	27
1.3.1.3. Princípio da tributação na origem.....	28
1.4. ICMS e Lei Complementar.....	29
1.4.1 A Lei Complementar prevista no artigo 155, § 2º, inciso XII da CRFB/1988	31
1.5. Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ	34
1.5.1. Convênios de ICMS.....	35
1.6. Regulamentos Estaduais do ICMS aprovados por Decretos	37
1.7. Considerações finais	38
2. Imunidade Tributária	41
2.1. Imunidade tributária: origem e evolução constitucional	41
2.2. Distinção entre não-incidência, isenção e imunidade	46
2.3. Conceitos de imunidade tributária.....	48
2.3.1. Imunidade tributária como limitação constitucional ao poder de tributar	49

2.3.2. Imunidade tributária como exclusão ou supressão da competência tributária	50
2.3.3. Imunidade tributária como princípio constitucional	52
2.3.4. Imunidade tributária como hipótese de não-incidência constitucionalmente qualificada	54
2.4. Imunidade tributária como cláusula pétrea e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal	55
2.5. Eficácia e aplicabilidade da imunidade tributária	59
2.6. Interpretação da imunidade tributária	61
2.7. Considerações finais	66
3. Imunidade do ICMS sobre as operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica	69
3.1. Propósitos constitucionais e alcance da imunidade prevista no artigo 155, § 2º, X, “b”, da CRFB/1988	69
3.2. Limitações impostas pelo Poder Legislativo	77
3.2.1. Considerações iniciais sobre as normas infraconstitucionais. Lei Complementar nº 87/1996, Convênios de ICMS e Regulamentos dos Estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe	77
3.2.2. Análise das limitações impostas pela Lei Complementar, Convênios de ICMS e Regulamentos Estaduais	86
3.2.3. Alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 33/2001 e a Proposta de Emenda Constitucional nº 27/2017	103
3.3. Processo tributário administrativo	112
3.3.1. Conselho Administrativo Tributário do Estado do Mato Grosso	113

3.3.2. Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários do Estado do Pará.....	113
3.3.3. Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado do Rio Grande do Sul	114
3.3.4. Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.....	115
3.4. Limitações impostas pelo Poder Judiciário.....	117
3.4.1. Supremo Tribunal Federal.....	121
3.4.2. Superior Tribunal de Justiça	137
3.4.3. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.....	139
3.4.5. Tribunal de Justiça do Estado do Pará	140
3.4.6. Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul	141
3.4.7. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	142
3.4.8. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	144
3.5. Considerações finais.....	144
Conclusão	149
Referências	153